



ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação

O sector do livro em Portugal: resultados preliminares de um inquérito em curso¹

NEVES, José Soares
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação
Observatório das Actividades Culturais
jose.neves@oac.pt

SANTOS, Jorge Alves dos
Licenciado em Sociologia
Observatório das Actividades Culturais
jorge.santos@oac.pt

CAMEIRA, Emanuel
Licenciado em Sociologia
Observatório das Actividades Culturais
emanuel.cameira.oac@gmail.com

VAZ, Alexandra
Licenciada em Sociologia
Observatório das Actividades Culturais
alexandra.vaz@oac.pt

Resumo

Está em curso no Observatório das Actividades Culturais (OAC) desde Fevereiro de 2007 o Inquérito ao Sector do Livro (edição e comercialização) que visa colmatar diversas lacunas de informação sobre o sector. Nesta comunicação aborda-se o contexto actual do sector e referem-se alguns dos resultados das fases já decorridas: o levantamento de fontes estatísticas secundárias, a construção de indicadores de caracterização e a realização de entrevistas aos agentes do sector. Destacam-se alguns dos aspectos teóricos e metodológicos que informam o Inquérito. Faz-se uma apresentação crítica de algumas das mais importantes fontes secundárias e dos indicadores construídos. Apresentam-se alguns dos resultados por eles evidenciados. Inclui-se uma síntese das entrevistas exploratórias realizadas. Conclui-se com alguns contributos para um modelo de produção de informação sobre o sector em Portugal.

Palavras-chave: Sector do livro; indústrias culturais; indústrias criativas; regimes de informação de mercado; fontes estatísticas.



1. Introdução: breve contextualização do sector e do projecto ISL

Até 1999, a única associação do sector até então existente, a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), produziu e difundiu anualmente dados físicos e financeiros do sector. Parte dos dados era também difundida pelo INE na sua publicação *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

A ruptura que então se deu na APEL e de que veio a resultar a formação da União dos Editores Portugueses (UEP), as críticas publicamente formuladas às estatísticas produzidas pela APEL e a constatação das limitações do seu funcionamento (Santos et al., 2001) foram alguns dos factores que levaram à interrupção da produção de estatísticas sobre o sector. Também o INE não ficou isento de reparos, pela publicação sem qualquer controlo dos dados da APEL, como foi anotado no Relatório *Modernização e Desenvolvimento das Estatísticas Nacionais da Cultura*, realizado no âmbito do OAC e aprovado na reunião de 4 de Outubro de 2000 do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura do Conselho Superior de Estatística (Neves, 2000).

Data de então a reivindicação publicamente manifestada por diversos agentes do sector, em particular editores, para que a realização do inquérito fosse retomada por outra entidade que não a APEL, de preferência pelo INE, em todo o caso como uma responsabilidade do Estado e considerado como um instrumento indispensável, mas também como uma panaceia para todas as necessidades de informação do sector.

Por iniciativa do então director do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Jorge Martins, veio a ser encomendado ao OAC pelo Gabinete da Ministra da Cultura, e iniciado em 2007, o Inquérito ao Sector do Livro. Dois objectivos foram definidos: 1. Levantamento e caracterização do sector, com incidência nas empresas cuja actividade principal se situa na edição e no comércio a retalho do livro; 2. Constituição de bases de dados a disponibilizar à DGLB para uma regular actualização dos conhecimentos sobre o sector, adquiridos a partir dos resultados do Inquérito.

O arranque do Inquérito coincidiu com alterações significativas no sector (que ainda hoje se manifestam), entre as quais se destaca a aproximação institucional entre as duas associações e, após uma fase de concentração ao nível do comércio, de processos de integração horizontal, de aquisições, ao nível editorial e a entrada do capital financeiro nesta área.

Para a concretização do Projecto foram definidas três grandes fases: 1. consulta de documentação, levantamento de fontes estatísticas e construção de indicadores; 2. realização de entrevistas aprofundadas com agentes do sector; 3. inquérito por questionário. Decorridas as duas primeiras fases,² está em curso a terceira, ou seja, estão no terreno, para preenchimento, os questionários à edição e à comercialização.

Tendo adoptado uma metodologia participativa, a equipa do OAC contou desde o início com o empenhamento e a colaboração, entre outros, dos responsáveis das associações do sector.

Uma hipótese de partida orientou a delimitação das fases de trabalho do projecto: a existência de diversas fontes e de vasta informação estatística, mas pouco exploradas, em alguns casos a necessitar de investimentos vários, e sobretudo não sistematizadas. Daí que, embora a recolha de informação primária através de questionário permanecesse como um objectivo central, decidiu-se atribuir uma importância acrescida à fase inicial de diagnóstico, muito para além de cumprir a função de preparar a aplicação dos questionários à edição e comercialização. Isto tendo presente que a criação de um modelo de produção de informação (estatística) sobre o sector capaz de colmatar as muitas limitações existentes inclui necessariamente, mas não se limita aos inquéritos extensivos de sector.

Alicerçada nos contributos teóricos mobilizados para enformar o Inquérito, esta hipótese veio a ser confirmada através das fontes nacionais recenseadas e da consulta da documentação produzida em vários países sobre o sector do livro.

2. Contributos teóricos

É verdade que a área do livro tem conhecido uma longa tradição de análise da economia e da sociologia da cultura, independentemente do tipo de enfoque adoptado. Neste particular, teve-se especialmente em conta os trabalhos de Lewis Coser (1982), François Rouet (1992; 1998) e Françoise Benhamou (1986; 1996) pese embora também contributos mais recentes como por exemplo o de Ruth Towse (2003), retomando um leque variado de questões que vão de aspectos particulares como o dos profissionais do livro ou o direito de autor a outros de maior abrangência, caso das indústrias culturais ou da sociologia da cultura latamente considerada.

No que à realidade portuguesa diz respeito, a aproximação ao sector do livro, parcialmente tomado enquanto objecto de conhecimento, obriga à convocação de um conjunto de estudos aptos a fornecer elementos empíricos e/ou de enquadramento. Assim, importa fazer referência a investigações em torno das políticas culturais (Santos et al., 1998), de avaliação de medidas políticas tais como o Preço Fixo do Livro (Santos et al., 2000), de indicadores de mercado (Freitas, 1998; Santos et al., 2000), do próprio livro como tema (Guedes, 2001), do marketing e da diversidade de agentes envolvidos na cadeia da indústria (Martins, 1999; 2005a; 2005b), das implicações das novas tecnologias (Furtado, 1995; 1998; 2000; 2003; 2004), do livro e da leitura (Curto, 2006) ou, especificamente, das oportunidades profissionais das mulheres nesse mesmo sector (Gomes et al., 2005).

Mais concretamente, para tentar orientar o objectivo de caracterização do sector do livro em Portugal, nas vertentes de edição e comercialização, procurou-se mobilizar determinadas abordagens de natureza teórica, todas elas susceptíveis de melhor sustentar ou informar esta ou aquela dimensão do presente estudo.

E que contributos foram esses? Por razões de economia de tempo, concentrar-se-á aqui a atenção essencialmente em torno de quatro conceitos ou perspectivas fundamentais. Dos vários modelos disponíveis para enquadrar uma leitura sectorial, começou-se por considerar o das *indústrias culturais* que, embora heterogéneas, Maria de Lourdes Lima dos Santos define como *aquelas actividades industriais que integram trabalho cultural ou artístico directamente nos seus produtos* (Santos, 1999: 17). Françoise Benhamou (1996), Nicholas Garnham (2005) ou Gisèle Sapiro (2005) foram outros autores a elucidar de que modo bens culturais como o disco, o filme ou o livro, pelas peculiaridades dos respectivos conteúdos, estão na base da constituição de um campo distinto de análise económica que chega à definição daquelas indústrias de acordo, *grasso modo*, com cinco critérios, a saber:

- reprodutibilidade (há, na origem, um protótipo reproduzido ou difundido a uma escala massificada);
- incerteza (no sentido em que os produtores, neste caso editores de livros, têm dificuldade em prever a procura do bem produzido; desenvolvem-se estratégias para captar a atenção do consumidor);
- concentração (no fundo, sejam elas horizontais ou verticais, tratam-se de estratégias com o intuito de minorar a incerteza do mercado, e de conquistar ou reforçar aí a posição da empresa, resultando na criação de economias de escala);
- risco económico (dada a imprevisibilidade da procura, os investimentos iniciais implicam um inevitável risco económico, gerido à luz do seguinte princípio - o sucesso de um best-seller pode contudo colmatar as perdas derivadas de sucessivos fracassos editoriais);
- direitos (há protecção autoral e de reprodução, isto é, existem leis criadas para salvaguardar a propriedade intelectual, os conteúdos criativos).

Como se depreende, apesar das particularidades que lhe são inerentes, o sector do livro apresenta-se enquanto mercado regido por leis de oferta e procura. Seguindo essa linha de raciocínio, ao inquirir a edição e a comercialização este estudo debruça-se justamente sobre o lado da oferta e respectivos agentes (autores, editores, livreiros, tradutores, distribuidores, etc.). São aliás todos esses agentes que a estruturam, definindo o número de livros, os preços e as tiragens, em suma, o volume do mercado. De facto, mesmo



tendo especialmente em conta a noção de indústrias culturais, do esforço de revisão teórica não se pôde todavia descartar o carácter heurístico e profundamente esclarecedor do conceito *indústrias criativas*, chegando a um enquadramento analítico já generalizado que, para o que aqui interessa, valoriza agora os conteúdos e a exploração de direitos de propriedade intelectual a eles subjacentes – esta foi aliás uma das dimensões alvo de inquirição.

Recuperando parte daquilo que Richard Caves escreveu sobre as indústrias criativas (Caves, 2000) baseadas no potencial de exploração de direitos de propriedade intelectual, no fornecimento de serviços criativos (publicidade e marketing, por exemplo), vêm reafirmar-se propriedades entretanto apontadas a propósito das indústrias culturais. Mostrando semelhanças com a proposta dos *art worlds* do interaccionista Howard Becker, ambos partem da ideia de produção de obras artísticas num quadro de acção colectiva (examinando a interdependência e colaboração dos diversos agentes na cadeia produção-difusão-recepção), Caves centra-se em igual medida na instabilidade e incerteza relativas aos riscos económicos das actividades criativas, algo que está na génese dos apoios públicos que a elas vão sendo dirigidos. Em termos comerciais tal incerteza e risco seriam geridos e atenuados mediante a elaboração conjunta de contratos, assegurando uma negociação de recompensas capaz quer de contemplar as diferentes aptidões e/ou capacidades, quer de assegurar o cumprimento dos objectivos e compromissos delineados pelos vários agentes do sector envolvidos no processo. Preocupando-se com a singularidade dos rendimentos provenientes dos produtos da actividade criativa (uma das propriedades definidoras das indústrias criativas) e com a durabilidade desses mesmos benefícios, a reflexão de Caves mostra-se extremamente oportuna se se pensar em todas as lógicas associadas no sector do livro aos direitos de autor, desde a sua negociação aos respectivos intermediários, às formas de recolha das receitas daí provenientes e, mais recentemente, às novas fórmulas contratuais desenvolvidas com vista a garantir os direitos conexos das obras.

Neste balanço de influências teóricas, importa ainda salientar duas outras referências sociológicas privilegiadas desde início na concepção da pesquisa. A primeira, a *perspectiva de produção de cultura* do norte-americano Richard A. Peterson (Peterson et al., 2004), cujas seis dimensões adquiriram especial relevância até para a própria preparação do guião das entrevistas a realizar com os agentes do sector. A tentativa de estudar um campo de produção cultural como o sector do livro insistindo em percorrer aspectos de certa forma suscitados pela (inovação da) *tecnologia*, pelas grandes orientações em matéria de *políticas públicas* (culturais, educativas, económicas...), pelo *mercado*, pelas *carreiras ocupacionais*, pela *estrutura organizacional* (considerando diferenciações funcionais, hierarquias de funcionamento) ou pela *estrutura da indústria* (do ponto de vista das ramificações e integrações na gestão da cadeia do livro), é por demais evidente da utilidade e vertente referencial deste modelo específico.

Valerá a pena, por fim, deixar registado um outro conceito, *regimes de informação de mercado*, teorizado igualmente por Richard A. Peterson e N. Anand (2000) e aplicado na prática por Kurt Andrews e Philip Napoli (2006), esclarecedor de como a apreensão e conhecimento de qualquer mercado (também do livro, obviamente) ocorre mediante a criação, difusão e interpretação da informação propositadamente compilada sobre e para ele. Independentemente da forma assumida, sabe-se como a informação reduz o grau de incerteza tido pelos agentes relativamente ao mercado. A necessidade de existir algum regime de informação, que ajude à consolidação económica e industrial dos campos culturais (aqui entendidos enquanto organizações empresariais que se organizam entre si), pode consubstanciar-se nas mais variadas fontes, grupos de profissionais, artigos de imprensa, tabelas de vendas, etc. A disponibilização a todos os agentes interessados da informação estatística a obter com o inquérito em curso vem precisamente responder a esta realidade.

3. Dimensões de análise e estratégia metodológica

Seguindo a perspectiva de produção de cultura de R. A. Peterson acima identificada, às seis dimensões de análise assumidas no quadro do estudo (tecnologia, políticas públicas, mercado, carreiras ocupacionais, estrutura organizacional e estrutura da indústria) juntou-se a opção por uma estratégia metodológica plural, capaz de diagnosticar uma multiplicidade de informações acerca do sector do livro em Portugal. A consulta de legislação e fontes documentais (bibliografia, estatísticas, relatórios e demais documentos, nacionais e internacionais, sobre o sector) permitiu abordar os seguintes tópicos: panorama editorial, mercado editorial (indicadores físicos e financeiros), emprego e formação académica no sector, produção de livros, consumo (preços e volume), o sector e as estatísticas do livro na imprensa, comércio de livros, despesas das administrações públicas, direitos de propriedade intelectual, trocas comerciais com o exterior, o sector português no contexto internacional, políticas públicas.

A par das fontes documentais, o processo de recolha de informação empírica teve na realização de entrevistas aprofundadas, com uma função inicial exploratória e auxiliar (face ao inquérito por questionário) uma etapa de primordial importância no sentido de obter uma variedade de dados acerca das empresas do sector do livro em Portugal e, em especial, no que concerne aos discursos e representações que os seus diferentes agentes têm sobre o dito sector. Elaborados os guiões de entrevista partindo das seis dimensões já elencadas, efectuaram-se, entre Março e Agosto de 2007, 36 entrevistas, de acordo com diversos critérios de selecção (data de fundação, volume de negócios, catálogo, localização geográfica...) e com o objectivo de abarcar o máximo de vertentes, institucional, editorial, livreira, gráfica, logística, da distribuição e do agenciamento literário.

Se aqui se remete para uma leitura qualitativa, a construção do inquérito por questionário responde de forma directa às necessidades de dados quantitativos por parte de agentes públicos e privados. Deste modo, com base no Fichero de Unidades Estatísticas do INE, escolheram-se as unidades constituíram-se os universos correspondentes às actividades do sector do livro a inquirir. Reportando-se os dados físicos ao ano de 2007, seleccionaram-se portanto todas as pessoas colectivas (sociedades) em actividade, com sede social localizada em território nacional (Continente e Regiões Autónomas) e tendo como principal actividade económica a edição de livros (subclasse 22110 da CAE Rev. 2.1) e o comércio a retalho de livros (subclasse 52471 da CAE Rev. 2.1).

Enviado via postal em finais de Abril de 2008, o inquérito, de auto-preenchimento, foi aplicado por recenseamento às editoras (383 registos) e aos estabelecimentos de comércio a retalho (414 registos).

4. Alguns resultados (fontes secundárias)

De acordo com os objectivos traçados, os contributos teóricos e a documentação disponível sobre o sector no plano internacional, com incidência nas fontes estatísticas, procurou-se recensear a informação que pudesse contribuir para a caracterização do sector. O que o conjunto da documentação recolhida evidencia é que não há, nos vários países estudados, apenas uma única fonte de informação, mas várias. Cada uma apresenta vantagens e limitações. Há que potenciar as primeiras e controlar as segundas. É verdade, por outro lado, que existem modelos mais e menos desenvolvidos – ou seja, com uma maior ou menor quantidade, sistematização e controlo metodológico das fontes – e tradições diferentes quanto às fontes em que o Estado mais investiu. Na expectativa de contribuir para a definição de um modelo de produção de informação em Portugal apresentam-se seguidamente algumas das principais fontes e indicadores construídos, os quais, no seu conjunto, constituem importantes instrumentos de caracterização do sector.

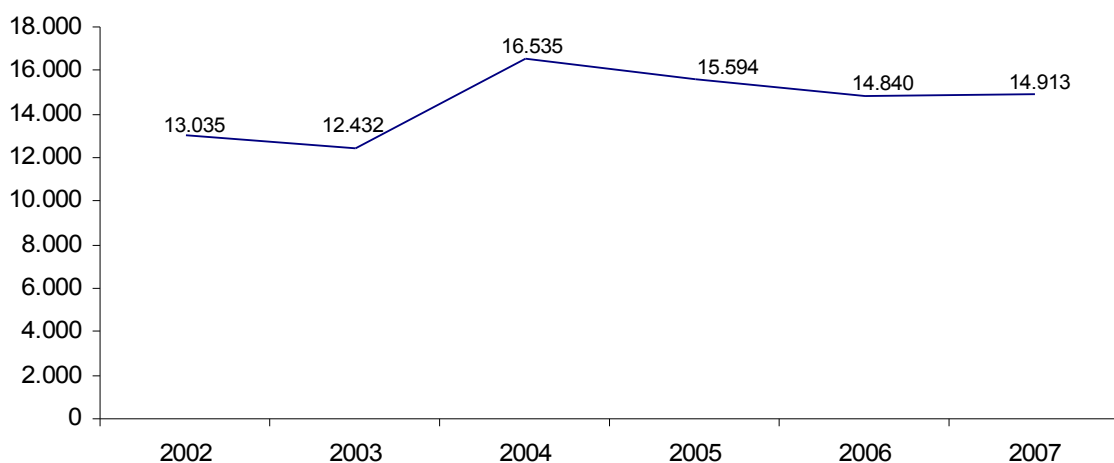


4.1. O ISBN

O *International Standard Book Number* (ISBN) é um sistema implementado em Portugal desde 1988, pela Agência Nacional de ISBN, sediada na APEL. Não é obrigatório por lei, pelo que a participação é voluntária.

Em termos de informação estatística sobre o sector, é disponibilizado, anualmente, na página de Internet daquela entidade, o número de títulos com ISBN atribuído por mês e por ano.

Os dados estatísticos apresentados no Gráfico 1 dizem respeito aos ISBN atribuídos no período de 2002 a 2007 a entidades de Portugal (e também de Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), compreendendo todos os tipos de edição (novidades e reedições) e todos os tipos de suporte.



Fonte: www.apel.pt, acedido em 21/02/2008.

Gráfico 1 – Número de ISBN atribuídos por ano (*número*)

No período de 2002 a 2007 verifica-se um aumento de 13% no número de ISBN atribuídos. No entanto, esta tendência não é contínua uma vez que no período em questão se apresentam algumas oscilações. O valor máximo de números atribuídos é atingido em 2004 com 16,5 mil e o valor mínimo em 2003 com 12,4 mil.

Como é dado a observar, a utilização da fonte ISBN para a caracterização do panorama editorial em Portugal é praticamente inexistente. Para além destes dados, a obtenção de outra informação estatística como, por exemplo, o tipo de suporte, tipo de edição, género ou língua portuguesa/tradução só é possível a partir das informações recolhidas no formulário, mais exaustivo e pormenorizado, de caracterização geral da obra e que serve para actualizar a base de dados do Centro de Documentação da APEL, não estando, por isso, disponíveis naquela primeira fase.

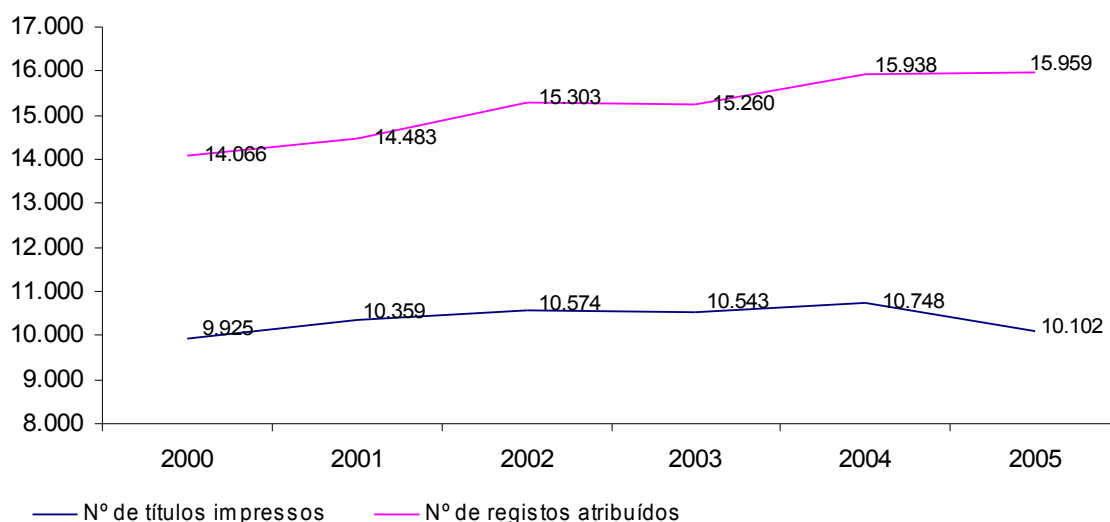
Em síntese, o ISBN tem informação importante para o presente estudo, recolhida através da ficha de obtenção do ISBN, que poderia dar lugar à construção de indicadores da edição (por exemplo títulos editados por ano e por tipo de suporte). Esta pode constituir uma importante fonte, como acontece, a nível internacional, por exemplo em Espanha, em que o ISBN é usado a nível das estatísticas nacionais³.

4.2. O Depósito Legal

O Depósito Legal (DL) traduz-se na obrigação – internacionalmente regulada – que cada editor ou produtor tem, no sentido de registar e depositar a documentação por si produzida numa instituição designada para esse efeito, normalmente gerido pelas bibliotecas nacionais. Este mecanismo constitui-se como um indicador que permite aferir o volume de obras impressas e publicadas anualmente.

Em Portugal, não obstante algumas lacunas detectadas, o DL constitui uma fonte fundamental de informação, no que toca à produção de livros no País (e no estrangeiro, desde que o editor exerça actividade em Portugal).

De acordo com os dados fornecidos pela BNP, o número de registos de DL atribuídos anualmente tem vindo a aumentar, tendo sido atribuídos 14.066 registos no ano 2000 e 15.959 em 2005, revelando portanto uma taxa de variação de 12% (Gráfico 2).



Fonte: BNP, Obras catalogadas na BNP, Outubro de 2007

Gráfico 2 – Número de títulos impressos e de registos de DL atribuídos por ano (*número*)

Também o número de títulos impressos anualmente tem vindo a aumentar progressivamente, registando apenas uma ligeira quebra em 2005, em 646 unidades, tendência esta contrária ao que se verifica com o número de registos atribuídos.

Se se comparar o número de registos de DL atribuídos anualmente com o número de títulos impressos, verifica-se que são atribuídos mais cerca de 5 mil registos do que os títulos que são impressos.

Os dados do DL permitem também fazer uma segmentação segundo língua portuguesa original e traduzida, indicador que revela uma superior preponderância da primeira sobre a segunda.

O Quadro 1 mostra ainda que os títulos em língua portuguesa original têm tido uma evolução muito estável entre 2001 e 2004, mas com uma pequena descida em 2005, revelando uma variação negativa de 6%. Os títulos traduzidos em língua portuguesa têm tido um percurso também estável, verificando-se um aumento razoável em 2005 (mais 19%).



Língua original	Ano					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Língua portuguesa	7.187	7.464	7.456	7.495	7.587	6.768
Traduzidos para português	2.421	2.561	2.789	2.704	2.687	3.002
<i>Total de títulos</i>	<i>9.608</i>	<i>10.025</i>	<i>10.245</i>	<i>10.199</i>	<i>10.274</i>	<i>9.770</i>

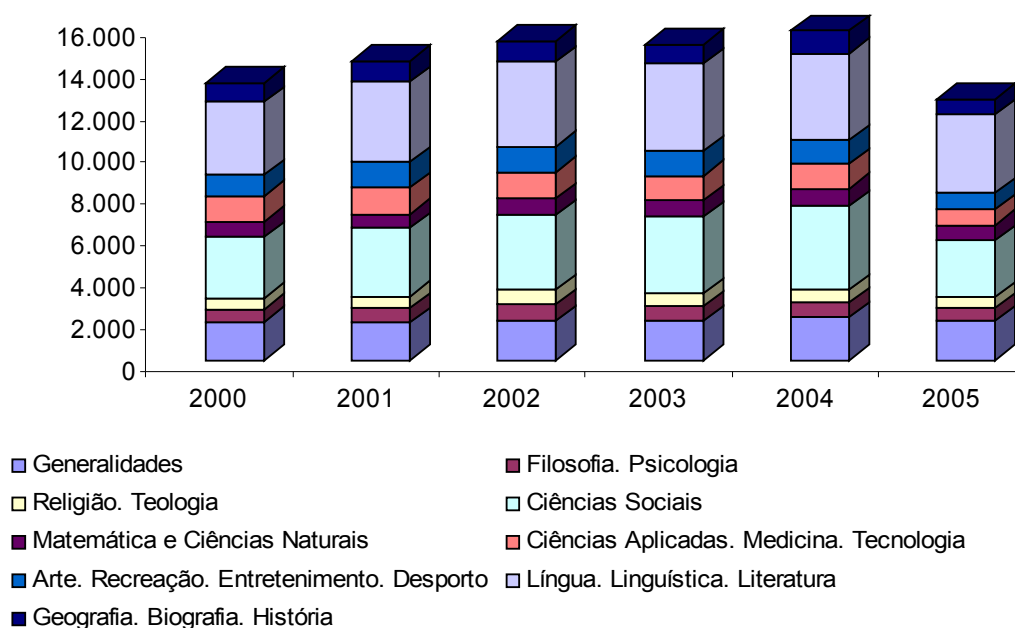
Fonte: BNP, Obras catalogadas na BNP, Outubro de 2007

Quadro 1 – Número de obras em língua portuguesa (*número*)

Considerou-se pertinente, no que toca à edição de livros em Portugal, fazer uma caracterização relativamente aos temas mais frequentes, recorrendo a uma classificação que segue a Classificação Decimal Universal.

Os dados revelam que a maior fatia dos títulos depositados anualmente na BNP se enquadra no tema Língua, Linguística, Literatura, cujo aumento tem sido gradual desde o ano 2000, notando-se no entanto uma quebra a partir de 2003, que se acentua em 2005 (Gráfico 3). Segue-se o tema Ciências Sociais, cujo percurso tem sido ascendente, mas também com uma quebra, na ordem dos 12%, em 2005. Refira-se que esta quebra é transversal a todos os temas, o que não é de estranhar, considerando que em 2005 houve uma redução dos títulos depositados, face aos anos anteriores (ver atrás Gráfico 2).

No quadrante oposto, verifica-se que as classificações com menor relevo no total de depósitos efectuados se referem primeiro a Religião, Teologia, sem alterações significativas ao longo destes 6 anos (média de 5% do total de títulos depositados) e, em segundo, a Filosofia, Psicologia, cujo aumento percentual foi bastante significativo de 2000 para 2002, mas com comportamento descendente desde então, mantendo uma média anual de quase 7% dos títulos depositados.



Fonte: BNP, Obras catalogadas na BNP, Outubro de 2007

Gráfico 3 – Títulos depositados por temas, segundo a Classificação Decimal Universal (*número*)

Resta ainda referir que a informação disponibilizada pela BNP/DL permite obter outras referências, como por exemplo, títulos depositados por género literário ou por audiência (em grupos etários) das quais não se faz aqui recurso por considerar, neste caso concreto, pouco claras as categorias utilizadas.

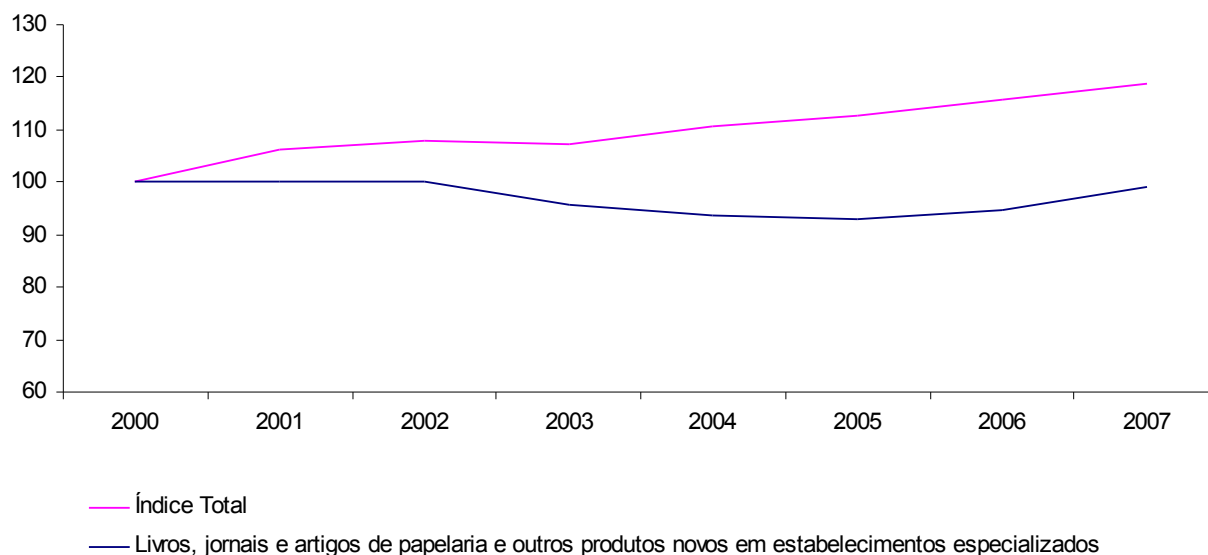
4.3. Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho tem como principal objectivo aferir a evolução, numa base mensal, da actividade de vendas (bens e serviços) no comércio a retalho, constituindo deste modo um importante indicador do consumo privado. Aqui, interessa analisar a evolução da série que diz respeito a Livros, jornais e artigos de papelaria e outros produtos novos em estabelecimentos especializados (CAE Rev. 2.1. 5247).

Os dados do índice são apresentados pelo INE em 3 séries: índice bruto, deflacionado e corrigido aos dias úteis e sazonalidade; os que serão aqui analisados reportam-se ao índice bruto, por representar uma maior aproximação ao real comportamento e oscilações do volume de negócios do comércio a retalho, na medida em que não introduz qualquer factor de correcção que possa criar um certo nivelamento do mesmo.

A informação recolhida reporta-se ao período de Janeiro de 2000 a Dezembro de 2007, e assenta na evolução comparada do índice Total e de Livros, jornais e artigos de papelaria e outros produtos novos em estabelecimentos especializados (a partir de agora designada apenas como Livros).

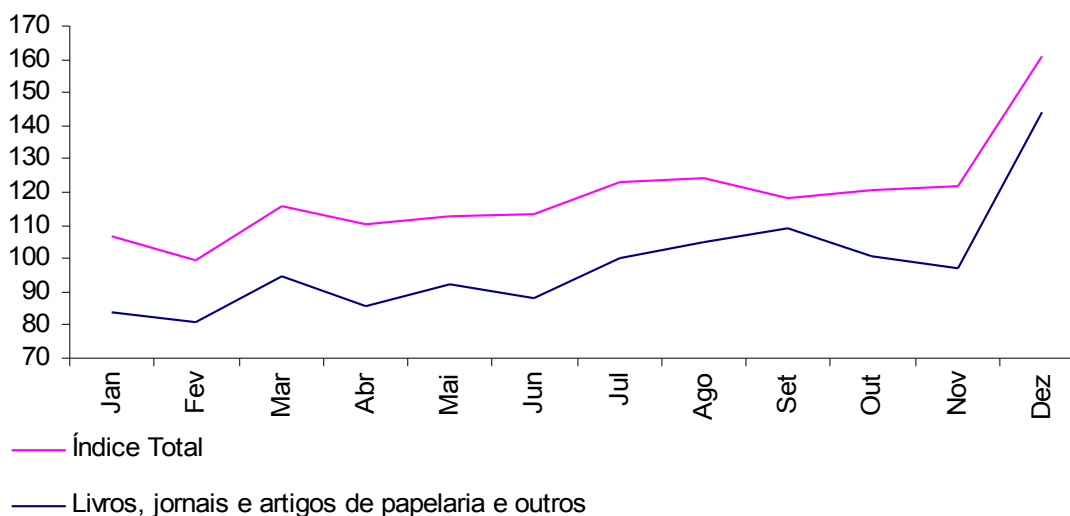
Relativamente à análise dos dados, apenas alguns aspectos merecem uma chamada de atenção, já que, genericamente, não existem grandes oscilações anuais. Uma das primeiras evidências é que à medida que se progride na série se vai notando um maior afastamento entre o índice total e a categoria Livros, que se justifica pelo aumento progressivo do índice total e a diminuição do volume de negócios com livros (Gráfico 4).



Fonte: INE, Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho

Gráfico 4 – Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por ano (*números índice 2000=100*)

Numa análise mais fina, os dados mensais evidenciam a existência de picos de consumo, que se reflectem num significativo aumento do volume de negócios com livros, ocorrendo esses picos maioritariamente nos meses de Março, Setembro e Dezembro, como se pode verificar a título ilustrativo no Gráfico 5, correspondente ao ano de 2007.



Fonte: INE, Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho

Gráfico 5 – Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho por mês (2007)

Estima-se que a sazonalidade do pico observado na primeira situação (Março) seja um reflexo das férias escolares da Páscoa. Quanto aos aumentos verificados em Setembro e Dezembro estes são reflexo do início do ano escolar no primeiro caso, e da época natalícia, no segundo, o que explica também o facto de haver uma enorme subida do índice total em Dezembro.

Refira-se ainda que não obstante o considerável aumento do volume de negócios com livros no mês de Setembro, este aumento não se reflecte no índice total, sendo esta característica comum a toda a série 2000-2007.

4.4. Estatísticas do Comércio Internacional

As Estatísticas do Comércio Internacional são uma ferramenta através da qual o INE recolhe informação relativa aos movimentos de mercadorias que ultrapassam a fronteira aduaneira nacional, chegadas e saídas de e para Países Comunitários e terceiros, permitindo assim traçar um perfil de evolução do volume de negócios com livros, brochuras e impressos semelhantes (a partir de agora referida apenas como Livros), à escala internacional.

Os dados obtidos revelam – relativamente à entrada de bens – que em termos totais, e apesar das oscilações, parece existir uma tendência positiva em matéria do volume de negócios resultantes da entrada de Livros no período considerado, tendo-se atingido um máximo de quase €72 milhões em 2004, comparativamente aos €56 milhões do ano anterior, também o ano de valor mais baixo. A tendência positiva evidencia-se, igualmente, no ano 2006 com um total de entradas de €64 milhões.

Relativamente à proveniência das mercadorias entradas em Portugal, o grande destaque vai para a UE (responsável, em média, por 86% do volume de negócios), seguindo-se o Brasil, Outros Países e Estados Unidos (Quadro 2).

País	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	2006*
União Europeia	50.703	52.801	51.785	48.731	63.685	50.803	55.083
Outros países europeus	521	468	396	1.021	709	34	3
PALP	38	9	25	2	0	2	0
Outros países africanos	12	9	18	19	0	8	3
Estados Unidos	2.301	2.446	1.860	1.288	1.200	1.442	1.682
Japão	232	61	70	45	51	29	55
Brasil	3.527	3.894	3.290	3.074	3.197	3.685	4.347
Outros países	2.580	3.125	2.339	1.995	2.790	4.036	2.867
Total	59.914	62.813	59.783	56.175	71.632	60.039	64.040

* Dados provisórios

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional em ECDR (2000-2006)

Quadro 2 – Entrada de bens, no comércio internacional de livros, brochuras e impressos semelhantes por país e por ano (*milhares de Euros*)

Quanto à saída de bens, verifica-se a ocorrência de uma evolução mais instável mas, apesar das oscilações, o panorama geral é também positivo. Repare-se, por exemplo, no enorme aumento do volume de negócios entre 2004 e 2005 (Quadro 3).

No que toca aos países receptores da mercadoria Livro saída de Portugal, há uma grande proximidade entre os valores de saídas para a UE e para os PALP, mas a partir de 2001 os PALP ganham o principal destaque, representando em média 46% do volume de negócios, ao passo que a UE representa 36% desse volume.

País	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005*	2006*
União Europeia	9.793	9.191	8.278	10.829	9.510	11.112	9.329
Outros países europeus	608	1.033	576	406	478	115	18
PALP	8.562	14.860	12.566	12.374	8.762	18.947	14.998
Outros países africanos	36	815	508	271	563	306	20
Estados Unidos	968	1.056	796	216	190	332	257
Japão	132	84	10	27	12	18	2
Brasil	3.675	3.258	3.006	2.256	1.563	2.112	2.909
Outros países	2.165	952	350	356	391	611	657
Total	25.939	31.249	26.090	26.735	21.469	33.553	28.190

* Dados provisórios

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional em ECDR 2000-2006)

Quadro 3 – Saída de bens, no comércio internacional de livros, brochuras e impressos semelhantes por país e por ano (*milhares de Euros*)

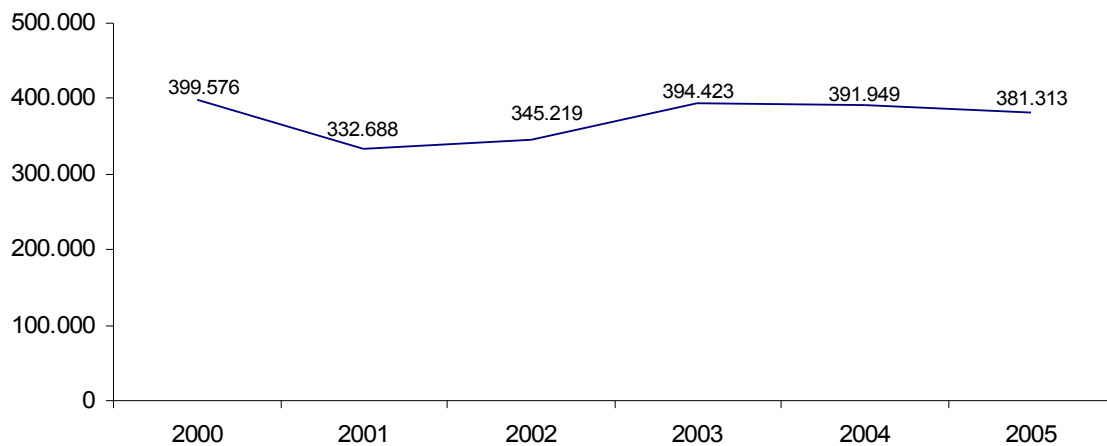
Refira-se que, apesar do crescimento das entradas e das saídas de livros, o balanço comercial é claramente negativo.



4.5. Inquérito às Empresas Harmonizado

O Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH) é um instrumento de recolha de dados, realizado pelo INE, que visa auscultar e caracterizar, anualmente, o universo das empresas no que toca às actividades por elas desempenhadas, e cujos resultados, relativos ao sector cultural, são publicados nas Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Neste caso, a análise irá incidir sobre as empresas que se inserem na subclasse 22110 Edição de livros (CAE Rev. 2.1). Em termos de informação estatística, no que diz respeito ao volume de negócios, regista-se, entre 2000 e 2005, uma tendência de decréscimo do volume de negócios das empresas de edição de livros. O valor máximo é atingido em 2000 com €399,6 milhões e o mínimo no ano subsequente de 2001, com €332,7 milhões (Gráfico 6).



Fonte: INE, Inquérito às Empresas Harmonizado em Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (2000-2005)

Gráfico 6 – Volume de negócios das empresas de edição de livros por ano (2000-2005) (*milhares de Euros*)

No que diz respeito à comparação a nível europeu, refira-se que a informação estatística sobre a actividade das empresas obtida pelo IEH (bem como noutras fontes) possibilita fazer essa confrontação uma vez que os dados se encontram harmonizados à escala europeia, ou seja, permitem a comparação entre os 27 países da UE.

Acrescente-se ainda o facto do sector da edição ser um dos poucos sectores da área cultural abrangido pelas estatísticas económicas do Eurostat. Este sector é composto pelos subsectores da edição de livros, de jornais e de revistas e de outras publicações. Os dados são disponibilizados anualmente por aquela instituição.

Tendo em conta o Quadro 4, refira-se, em termos gerais, que o volume de negócios das empresas do subsector de edição de livros dos 27 países da UE totalizou em 2004, €32,5 mil milhões. Isto corresponde a 0,5% do valor registado pelas empresas do sector da indústria transformadora nesse ano.

País	Livros	% Livros/ Indústria transformadora
UE	32.548,0	0,5
Alemanha	6.432,5	0,4
Reino Unido	5.942,6	0,9
Espanha	3.064,6	0,7
Portugal	391,9	0,5
Letónia	23,1	0,5

Fonte: Beck-Domzalska (2007: 82).

Nota da fonte: O total da UE é estimado.

Nota metodológica da fonte: "O sector da edição é um dos poucos sectores culturais coberto pelas estatísticas económicas. Estes dados harmonizados estão anualmente disponíveis no Eurostat (Structural Business Survey)".

Quadro 4 – Volume de negócios das empresas do sector da Edição por subsector e por País (2004)
(milhões de euros e percentagem)

Na comparação por país observa-se que, em 2004, são a Alemanha e o Reino Unido os países com o volume de negócios mais elevado, com €6,4 e €5,9 mil milhões, respectivamente. No que diz respeito ao valor registado pelas empresas nacionais neste subsector, ele situou-se nos €392 milhões, valor este muito distante do registado em Espanha (€3,1 mil milhões) mas bem acima do da Letónia (€23 milhões), que constitui o país com o valor mais baixo da UE.

Em termos de peso percentual do subsector da edição de livros na indústria transformadora, constata-se que o valor de Portugal, à semelhança do da Letónia, se situa na média europeia (0,5%), ao passo que a Alemanha se encontra ligeiramente abaixo (0,5%). O Reino Unido e a Espanha são os países que apresentam os valores acima da média, com 0,9% e 0,7% respectivamente.

5. Posicionamentos dos agentes do sector

Recolhidas por intermédio das entrevistas, trata-se neste ponto de arrumar as opiniões manifestadas pelos agentes sobre o sector onde actuam. Assim, de uma maneira geral, enquanto aspectos *positivos* foram considerados: a diversidade da oferta editorial (títulos, autores, editoras, livrarias); a entrada do capital financeiro no ramo da edição; a progressiva profissionalização das empresas no que à gestão se refere; o reforço das acções de promoção e marketing; a projecção internacional dos autores portugueses; a importância da venda de direitos (num sector tradicionalmente comprador); a adequação às novas tecnologias. Quanto aos aspectos considerados *negativos*: a falta de conhecimento/formação profissional por parte de algumas pessoas que hoje trabalham na rede livreira; a fragilidade financeira de editores de pequena e média dimensão; a dificuldade das pequenas editoras especializadas em encontrar pontos de venda (derivada da primazia conferida ao livro de alta rotação, best-seller); as elevadas margens cobradas pelas distribuidoras aos editores; a debilidade da rede livreira tradicional (muito por força do crescimento de grandes cadeias e superfícies); a não uniformização dos sistemas de classificação e catalogação; a exiguidade do mercado interno e a dificuldade de acesso ao mercado externo; o actual sistema de devoluções; as limitações da informação estatística disponibilizada pela agência portuguesa do ISBN; a existência de duas associações do sector.

No plano das *oportunidades* destacam-se: a política de promoção de leitura (com a implementação do Plano Nacional de Leitura), as potencialidades do mercado lusófono, em particular, PALP (literatura, livro escolar, etc.), a segmentação e importância dos nichos de mercado, as novas tecnologias, a margem de progressão do mercado nacional, a aplicação da lei do preço fixo (generalizado reconhecimento da necessidade de existência de regulamentação), a entrada do capital financeiro e seus impactos na dinâmica do sector,



designadamente na gestão mais moderna e/ou profissional. Entendidos como *ameaças*: o défice de actuação do Estado no apoio à internacionalização da actividade editorial portuguesa, a ausência de informação estatística fiável que caracterize o sector, as deficiências de funcionamento do Depósito Legal, o desempenho do sector público enquanto cliente (mau comprador e pagador), os baixos índices de literacia e de hábitos de leitura da população portuguesa, a cópia ilegal (em particular nos livros técnicos e científicos).

6. A questão das convenções/nomenclaturas

A terminar refira-se um aspecto fulcral na caracterização do sector e que constituiu um dos principais problemas na construção do questionário. De facto, para além das dificuldades gerais do ponto de vista da obtenção e sistematização da informação disponível e das dificuldades quanto à realização de um inquérito ao sector, é notória a dificuldade quanto à grelha a utilizar na classificação dos géneros ou categorias editoriais, ou, à maneira de Becker, ao conjunto de *convenções partilhadas*, dimensão central no funcionamento dos mundos artísticos (Becker, 1984[1982]), e aqui manifesta pela sua ausência (porque atomizada) entre os profissionais do sector. Discute-se de seguida, a título ilustrativo, pelas suas particulares implicações na informação sobre o sector, a questão dos géneros ou categorias editoriais, como se referiu um problema central levantado pela empiria. Basicamente foi-se detectando, ao longo das diferentes fases de levantamento de informação sobre o sector do livro em Portugal (nos inquéritos, nas estatísticas...), a inexistência de uma nomenclatura comum aos seus agentes, com o caso mais gritante a situar-se ao nível da multiplicação de classificações de géneros. A dispersão comprovada pelo recurso ora a classificações próprias, ora a adaptações, ora à Classificação Decimal Universal, limita a recolha de dados e constitui um problema que haverá que enfrentar. A própria APEL, por exemplo, reconhece um conjunto de grandes categorias mas acaba, na prática, por atomizar as designações associadas. A inexistência de um modelo partilhado de designação de livros entre os profissionais – ou, recordando Becker, a falta de uma *convenção* – é tanto mais significativa quanto denota, no caso português, atraso no desenvolvimento de um sistema de classificações e indicadores a aplicar em contexto europeu. Desde 1985 que a UNESCO tem uma recomendação para a normalização internacional das estatísticas relativas à edição de livros e publicações periódicas. O panorama do livro em França merece a este respeito especial destaque, uma vez que, no quadro de uma associação profissional (*Syndicat National de l'Édition*) se promove a estruturação e a actualização contínua da nomenclatura editorial utilizada, cuja primeira versão data de 1954, e a última de 2007 (Sne, 2006).

7. Notas conclusivas

Reconhecendo as lacunas de informação existentes sobre o sector do livro em Portugal e correspondendo aos anseios repetidamente manifestados publicamente por diversos agentes do sector, o Ministério da Cultura encomendou ao OAC o Inquérito ao Sector do Livro. Decorridas duas das suas três fases, pode dizer-se que se recolheram já importantes contributos para a caracterização do sector, tanto do ponto de vista quantitativo (indicadores físicos e financeiros) como qualitativo (por via das entrevistas realizadas com diversos agentes do sector), parte dos quais aqui se apresentaram.

Alicerçado numa metodologia de trabalho que privilegiou a participação dos agentes do sector ao longo das várias fases, incluindo a construção dos questionários, está em curso a terceira e última fase – a realização de um inquérito por questionário à edição e à comercialização de livros – de modo a dispor-se de uma informação mais detalhada e aprofundada em determinadas dimensões.

Independentemente dos resultados que esta última fase vier a revelar, é já um dado adquirido que um modelo de produção de informação estatística válido, fiável e capaz de responder às necessidades manifestadas quer pelos agentes do sector quer pelos responsáveis pelas políticas públicas não pode

prescindir de três grandes fontes: 1. o conjunto das estatísticas oficiais com incidência no sector do livro; 2. o sistema de Depósito Legal e/ou do ISBN; 3. os inquéritos ao sector.

Bibliografia citada

- ANAND, N. e PETERSON, Richard A. (2000), "When market information constitutes fields: sensemaking of markets in the commercial music industry", em *Organization Science*, nº 11(3), pp. 270-284.
- ANDREWS, Kurt e NAPOLI, Philip M. (2006), "Changing Market Information Regimes: A Case Study of the Transition to the BookScan Audience Measurement System in the U.S. Book Publishing Industry", em *Journal of Media Economics*, nº 19(1), pp. 33 - 54.
- BECK-DOMZALSKA, Marta (coord.) (2007), *Cultural Statistics 2007 Edition*, Luxemburgo, Comissão Europeia e EUROSTAT.
- BECKER, Howard S. (1984[1982]), *Art Worlds*, Berkeley, UCP.
- BENHAMOU, Françoise (1986), "Le marché du livre: un état des travaux", em *Revue Française de Sociologie*, nº 27, pp. 545-560.
- BENHAMOU, Françoise (1996), *L'économie de la culture*, Paris, Éditions La Découverte.
- CAVES, Richard E. (2000), *Creative Industries - Contracts between art and commerce*, Cambridge, Harvard University Press.
- COSER, Lewis A., KADUSHIN, Charles e POWELL, Walter W. (1982), *Books. The Culture and Commerce of Publishing*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.
- CURTO, Diogo Ramada (dir.) (2006), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FREITAS, Eduardo de (1998), "A produção de livros: alguns indicadores de caracterização", em *OBS*, nº 3, pp. 16-22.
- FURTADO, José Afonso (1995), *O Livro*, Lisboa, Difusão Cultural.
- FURTADO, José Afonso (1998), "Pistas para um mercado do livro no virar do século", em *OBS*, nº 3, pp. 7-11.
- FURTADO, José Afonso (2000), *Os Livros e as Leituras. Novas Ecologias da Informação*, Lisboa, Livros e Leituras.
- FURTADO, José Afonso (2003), "O papel e o pixel", <<http://www.ciberscopio.net>> [Data de acesso: Fevereiro 2007].
- FURTADO, José Afonso (2004), "Metamorfoses da Edição na Era Digital", I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, Rio de Janeiro, 8-11 de Novembro.
- GARNHAM, Nicholas (2005), "From cultural to creative industries: An analysis of the implications of the "creative industries" approach to arts and media policy making in the United Kingdom", em *International Journal of Cultural Policy*, nº 1(11), pp. 15 - 29.
- GOMES, Rui Telmo, LOURENÇO, Vanda e MARTINHO, Teresa Duarte (2005), "I - Um Mercado de Trabalho Feminizado: oportunidades e constrangimentos profissionais na edição de livros em Portugal", <www.oac.pt> [Data de acesso: Fevereiro 2007].
- GUEDES, Fernando (2001), *O Livro como Tema. História, Cultura, Indústria*, Lisboa, Editorial Verbo.
- MARTINS, Jorge Manuel (1999), *Marketing do livro: Materiais para uma Sociologia do Editor Português*, Oeiras, Celta.



- MARTINS, Jorge Manuel (2005a), "Livreiro, motor da edição", em *OBS*, nº 14, pp. 11-23.
- MARTINS, Jorge Manuel (2005b), *Profissões do Livro. Editores e Gráficos, Críticos e Livreiros*, Lisboa, Verbo.
- NEVES, José Soares (2000), "Modernização e Desenvolvimento das Estatísticas Nacionais da Cultura", Lisboa, OAC/CSE, 66 pp. (DOCT/546/CSE/DSFA).
- PETERSON, Richard A. e ANAND, N. (2004), "The production of culture perspective", em *Annual Review of Sociology*, nº 30, pp. 311-334.
- ROUET, François (1992), *Le Livre: Mutations d'une Industrie Culturelle*, Paris, Les Études de La Documentation Française.
- ROUET, François (1998), "L'économie de la culture. L'approche économique de la culture: esquisse d'un bilan", em *Culture & Recherche*, nº 68, pp. 3-7.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1999), "Indústrias culturais: especificidades e precaridades", em *OBS*, nº 5, pp. 2-6.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), ANTUNES, Lina, CONDE, Idalina, COSTA, António Firmino da, FREITAS, Eduardo de, GOMES, Rui Telmo, GONÇALVES, Carmen, GONÇALVES, Helena Seitas, LOPES, João Miguel Teixeira, LOURENÇO, Vanda, MARTINHO, António, MARTINHO, Teresa Duarte, NEVES, José Soares, NUNES, João Sedas, PEGADO, Elsa, PIRES, Isabel e SILVA, Francisco (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e GOMES, Rui Telmo (2000), *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), LOURENÇO, Vanda e MARTINHO, Teresa Duarte (2001), "Diagnóstico de Avaliação da Produção de Informação sobre o Sector do Livro no Centro de Documentação Bibliográfica (CDB-APEL)", Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 50 pp.
- SAPIRO, Gisèle (2005), "Politiques culturelles et réglementation des industries de la culture: bilan des travaux et perspectives de recherche", 27 pp., <<http://www.observatoire-omic.org>> [Data de acesso: Fevereiro 2007].
- SNE (2006), "Repères statistiques 2006, données 2005: l'édition de livres en France", Paris, Syndicat National de l'Édition, 76 pp.
- TOWSE, Ruth (ed.) (2003), *Manual de Economía de la Cultura*, Madrid, Datautor.

¹ A presente comunicação dá conta de alguns resultados do *Inquérito ao Sector do Livro*, realizado pelo OAC por encomenda do Ministério da Cultura. A equipa é coordenada por José Soares Neves e integra Jorge Alves dos Santos e Maria João Lima (investigadores) com a colaboração de Emanuel Cameira e Alexandra Vaz e, em momentos anteriores, de Samanta Velho e de Daniela Gonçalves.

² Uma primeira apresentação teve lugar no dia 25 de Janeiro de 2008, no auditório da BNP (ver www.oac.pt).

³ Em Espanha o ISBN é obrigatório por lei e gerido pela tutela da Cultura.